

ECONOMIA E JUSTIÇA

J. O. Cardona Ferreira

Ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Presidente do Conselho de Acompanhamento dos
Julgados de Paz



I

As minhas primeiras palavras são para *felicit*ar e *agradecer*.

Felicit

o quem meteu ombros a esta organizaç

o, numa inovadora base de preocupaç

o empresarial, naturalmente virada para a problem

ática da Economia, mas em que n

o foi esquecida, ainda que numa perspectiva decerto cr

ítica, a Justiça. Ali

as, penso que qualquer perspectiva, mesmo cr

ítica,

é saud

ável. Eu sou dos que esperam que, da discuss

o, nasça a luz.

Nesta linha de pensamento, saúdo o Centro de Inovaç

o Empresarial da Beira Interior e, em particular, o seu Director Geral, Ex.mo Sr. Dr. Jo

o Carvalho.

Quero tamb

em saudar, com particular carinho, a empreendedora Universidade da Beira Interior. Orgulho-me de, entre outras, ter ra

izes familiares beir

as.

Lamento n

o ter ouvido a globalidade das intervenç

oes anteriores. Teria, concerteza, aprendido, como deve acontecer numa Universidade.

E, tal como noutros tempos, por estranho que pareça, onde vou, chego e saio a correr...

Mas vamos ao que mais interessa porque, para morosidade...
basta a dita da Justiça...

II

Economia e Justiça: *terão algo em comum?*

Para mim, a questão é tão simples quanto isto: em sociedade humana, *tudo tem a ver com tudo*. Quem quiser compartimentar aspectos societários, erra, a meu ver, claramente, tapa a floresta com a árvore, ignora o verdadeiro fenómeno social e não tem estratégia para solução de quaisquer questões que, afectando o homem, afectam a sociedade.¹

E as Universidades, sendo, por natureza, Casas de Cultura, são o local ideal para se discutir tudo o que respeita à vida social.

Felizmente, já passou o tempo em que as Universidades eram “redomas” fechadas, para senhores eruditos, com saberes quase ocultos. Hoje, as Universidades, continuando a ser Casas de Cultura – penso – devem sê-lo de reflexão, mas de reflexão que assente tanto no Saber como, identicamente, na procura do bem-estar social. Tudo, passando pela certeza de que *os fenómenos sociais inter-agem*, e que *nada se resolve se não se actuar, também, interagindo*. E, isto, sendo genericamente verdade, é-o particularmente



no que concerne à *Economia* e ao Direito, volvendo este em algo que, se não existir, retira sentido ao Direito, a saber, *Justiça*.

III

Sei que não vos devo maçar muito tempo.

Mas não posso falar só de Julgados de Paz.

Se me pusesse, para aqui, a descrever o que são os Julgados de Paz, seria fácil – e, para vós, seria bom, porque seria mais rápido – mas tal equivaleria a falar de janelas ou portas, sem perceber – eu – que as janelas e as portas só têm sentido num edifício...

Mas também sei que tenho de resumir uma problemática que daria tempo a que saíssem todos e eu ficasse a falar sozinho...

Sintetizemos, pois, em apontamentos tão breves quanto possível, sabendo embora que, hoje, não tenho a legitimidade que tinha quando falava no exercício das funções de Presidente – que já não sou – do Supremo Tribunal de Justiça. Mas *continuo cidadão, e não abdicó do meu direito cívico de continuar a pensar o que digo e de dizer o que penso*.

IV

Economia e Justiça:

Será esta – a Justiça – “a má da fita”, a culpada de todos os males, “tout court” a catastrófica “fada maléfica” dos dilemas, dos problemas, da Economia?

Devo dizer, para clarificar, já, a síntese do que penso:

1. A Justiça portuguesa não tem a eficiência que *ela própria* pretende;
2. *De jeito nenhum*, subscrevo, todavia, qualquer tese catástrofística a esse respeito.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Tal como, já referi, em sociedade, tudo interage, na problemática que nos ocupa, méritos e deméritos são *mútuos*.

Ainda há poucas semanas, simpaticamente, o meu alfaiate me dizia que comprasse quantos fatos quisesse e pagasse mais tarde: de tanto se dizer isto a tanta gente, endivida-se uma multidão, enchem-se os Tribunais de acções, emperra-se a Justiça e, esta, emperrada, atrasa as cobranças, quebra a motivação empresarial...: ciclo vicioso.

Sobre a Justiça Comum, direi apenas que alguma morosidade é inevitável, outra é objectivamente excessiva, mas, por um lado, é *endémica* e, por outro lado, *existem soluções* possíveis para a combater. E, fundamentalmente, a Justiça *qualifica-se, não tanto se quantifica*.



A dita morosidade, com causas diferentes, foi ficando na historicidade forense portuguesa.

Mas temos, assumida e reconhecidamente, uma qualidade *ética dos nossos Juízes* que constitui um *factor essencial e fundamental em qualquer sistema de Justiça*. Discute-se a morosidade, pode discutir-se a formação, seguramente discutem-se deficiências processuais e organizativas, mas temos, numa imensidão de Juízes, nos mais velhos como nos mais novos, a ética, a honestidade, a dedicação aos seus semelhantes; e, quando é assim, está ganho o Dia D, a "Normandia" está ganha e, *quando se ganha uma tal batalha, a guerra só não se ganha se não houver estratégia e tácticas adequadas*.

Repare-se que, mesmo em estudos tão profundos como o elaborado pela Universidade Nova de Lisboa, através dos Professores Célia da Costa Cabral e Armando Castelar Pinheiro, em que muito se põe em causa, principalmente a tal morosidade e uma certa dita imprevisibilidade (resta saber *de quem e porquê*), *fica praticamente incólume o mais importante, a ética*.

V

Permitam-me, muito brevemente, uma nota sobre o *devir histórico* relativo ao enquadramento do estado da Justiça ou da Justiça do Estado.

Porventura para combater o autoritarismo e problemas éticos do "ancien régime", quando, todavia, se fez a *única verdadeira refundação da Justiça que houve em quase 9 séculos de Portugal*, vale dizer, aquando da vitória do Liberalismo, na primeira metade do século XIX, como já tenho dito em outras ocasiões, a legislação jurídico-judiciária caiu num *formalismo* fechado que veio a dar origem a um *burocracismo* divorciado da necessidade de humanização e simplicidade. E, como em tantos outros Países, esse burocracismo foi, porém, andando razoavelmente porque, em verdade, tempos houve em que instituições sociais como a Família, a Escola, a Religião, iam fazendo desnecessitar de uma acentuada interven-

ção judiciária. Mas quando estas instituições sociais foram afectadas por uma crise geral societária³ e os Cidadãos passaram a pedir, aos Tribunais, soluções e soluções acerca de problemas que, deles, haviam estado arredados; quando surgiram questões novas, como as de ambiente, cultura, etc; quando a própria Política começou a recorrer ao judiciário (lembremo-nos, a título ilustrativo, das disputas judiciais sobre as últimas eleições presidenciais nos E.U.A.); quando o grau de exigência dos Cidadãos se tornou cada vez maior; a máquina judiciária comum não teve possibilidade de dar respostas oportunas aos anseios cívicos.

Esta matéria levou-me a pensar nos *factores* da chamada crise da Justiça,⁴ que dividi, basicamente, em exógenos e endógenos; nestes, encontrei factores de naturezas quantitativa, substancial ou material e processual ou adjectiva e, naqueles, factores de natureza económica, cultural e sistemática ou organizacional. E, para não maçar muito, anoto, agora e aqui, apenas que a substituição dos velhos e utilíssimos Assentos do S.T.J. por uma pretensa uniformização de Jurisprudência, concorre para dúvidas sobre o sentido de alguma legislação o que, pode ser confundível com a tal imprevisibilidade decisória; e, quanto aos *factores de natureza económica*, sem querer ser polémico (e porque não?), permitam-me que reexplique estas circunstâncias que inter-agem com a Justiça.⁵



- a) Intensificação das relações económicas, designadamente comerciais, potenciadora de litígios;
- b) Acréscimo da pulsão consumista, pela expansão do crédito ao consumo;
- c) Crescente difusão e acessibilidade do uso de meios de pagamento escriturais e electrónicos;
- d) Diria, especialmente, falta de controlo e de cautela no uso e abuso de concessão de facilitação de consumos modernos, na ânsia de conquista de mercados, apenas numa perspectiva económica estatística global e de quase indiferença pelos milhares de casos de incumprimento daí decorrentes.

Para abreviar, o que gostaria de reflectir convosco, permitam ainda que, na linha do tema que me foi proposto, passe para algo que expressei em outro texto (o vício de pensar e de escrever!) da mesma época, intitulado "Há Soluções para os Problemas da Justiça",⁶ onde defendi um conjunto de soluções numa estratégia sustentada e onde, já então, *entre várias outras propostas*, inseri uma frase que dissera em Janeiro de 2000⁷ propondo a:

"ponderação de possível criação de instituições alternativas ou prévias à intervenção dos Tribunais tradicionais como Tribunais de Paz do moderno tipo italiano ou Juizados Especiais à maneira

brasileira, ou generalização de Centros de arbitragem institucionalizada, etc.”.

Em verdade, *os problemas da Justiça estão diagnosticados e existem soluções, assim se assumam, de facto, como prioridade do Estado.*

VI

E flui do exposto que, a meu ver, *uma das medidas* que pode concorrer, seguramente, para ajudar a eficiência da Justiça e, daí, a vida cívica, social e económica, consiste na instalação, *sendo adequadamente sustentada*, de Julgados de Paz. Não se pense, porém, que se trata de algum “passe de mágica”. Trata-se, apenas, mas relevantemente, de *uma das várias* medidas necessárias.

Naturalmente, começa por ser necessário que haja *divulgação*: o que não é expressado na Comunicação Social, já outros o disseram, “não existe”. E é necessária uma firme, ainda que progressiva, disseminação dos Julgados de Paz que, *no estágio actual da legislação portuguesa, pressupõe interesse dos Municípios* – que, tanto quanto me tenho apercebido, é real.

Mas, afinal, para que servem os Julgados de Paz?

Têm, a meu ver, *um objectivo, com dois corolários.*



O objectivo determinante, a causa – final dos Julgados de Paz, consiste simplesmente em *servir a cidadania*, ou seja, contribuir para a realização de Justiça próxima, humana, adequada, oportuna. *Este serviço pode e deve ser prestado por duas formas*: resolvendo, directamente, alguns problemas *concretos* de certas pessoas; e, *aliviando*, na medida das suas competências, os Tribunais Comuns, desses problemas, contribuindo para que os Tribunais Comuns, tenham mais disponibilidade para aqueles casos que terão de ir para a Justiça Comum. Claro que isto depende, quanto aos Julgados de Paz, de competências e de organização correspondente, ou seja, *instalação sustentada; divulgação; competência material necessária e não simplesmente optativa*.

VII

Mas não se pense que isto só agora se criou ou inventou. Apenas estava esquecido, e *é necessário um esforço persistente para reacender o que a poeira do tempo fizera esquecer*.

Instituições do tipo Julgados de Paz e (ou) Arbitrais são *mais antigas do que a nacionalidade portuguesa*, mesmo no espaço hoje nacional, remontando, pelo menos, à época visigótica.⁸

Aliás, os próprios textos das Constituições portuguesas, desde a de 1822 às de 1976, primaram por atenção, ora mais assumi-



da, ora menos apoiante, ora mais expressa, ora implícita, a estes Meios Alternativos à Justiça hoje dita Comum.

Os Julgados de Paz, são Tribunais “lato sensu” e, como tal, *Órgãos de Soberania do Estado*.⁹

Outrossim, a sua criação (ou recriação) reflecte que se trata de algo *que une* os portugueses, posto que a alteração constitucional que os viabilizou e a respectiva Lei-quadro¹⁰ tiveram aprovação da Assembleia da República, *por unanimidade*.

E mais. Uma das características mais frisantes, que já aflorei, da forma de criação dos novos Julgados de Paz portugueses está na sua *vertente municipalista*, pois dependem do que seja *protocolado entre o Ministério da Justiça e os Municípios que manifestem interesse* em proporcionarem Julgado de Paz aos seus munícipes.¹¹

Quanto à sua essência, um dos factores intrínsecos dos Meios Alternativos (em que se inserem os Julgados de Paz) está em que, estes, longe de se basearem em postura de confronto dos interessados, *privilegiam um sentido não adversarial*, meramente diferente, dos interesses.

E, isto, não pode ser verbalismo estéril.

Com efeito, é este entendimento que pode viabilizar que os interessados *participem, civicamente, na procura de soluções justas dos respectivos diferendos*, através da actuação de princípios tão

simples quanto importantes: a simplicidade, a adequação, a informalidade, a oralidade, a absoluta economia processual.¹²

Na prática, isto traduz-se, basicamente, pela existência de *uma única forma processual, com três momentos (quando muito) de tramitação muito singela:*

1. Os articulados podem ser escritos ou orais (recolhidos pelo Serviço de Atendimento);
2. A Mediação, é facultativa;
3. Se necessária, a intervenção do Juiz de Paz, que deve estar, sempre, disponível para analisar, conciliar ou julgar.

Não há becas, nem togas. Todos se sentam à mesma mesa.

Não há férias judiciais.

Nada mais simples.

Resultado: proximidade humana e decisões num *tempo médio de 30/40 dias*. A meu ver, este pode e deve ser o caminho processual, "mutatis mutandis", *da própria Justiça Comum do século XXI*.

Bem se sabe que a competência material, hoje, apenas declarativa simples, e de valor até ao limite da alçada da 1.^a instância (€ 3.740,98), em espaços territoriais que têm sido reduzidos e, a escassa divulgação, têm proporcionado números relativamente escassos de processos nos poucos Julgados de Paz que existem.



Mas, como já se disse, a Justiça *qualifica-se*, muito mais do que se quantifica.

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, a que tenho a honra e o gosto de presidir, propôs o alargamento das competências dos Julgados de Paz e a sua implementação progressiva no País. A Assembleia da República, em douto Parecer, concordou com a orientação do Conselho. Na mesma linha de pensamento encontram-se o Programa do Governo e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2003.¹³

O Julgado de Paz de Oliveira do Bairro sempre abrangeu todo o respectivo Concelho.

Neste momento, estão protocolados alargamentos territoriais dos Julgados de Paz de Vila Nova de Gaia, Lisboa e Seixal à totalidade das Freguesias desses Concelhos.

Foi celebrado, no dia 23 do corrente, o Protocolo de Criação e Instalação do novo Julgado de Paz de Terras de Bouro, que constitui o arranque de uma segunda fase da reinstalação de Julgados de Paz em Portugal.

Esperam-se ampliações nas competências em razão do valor e da matéria, o que passará pela Assembleia da República. Mas o Conselho de Acompanhamento – que, neste momento, prepara um novo relatório – crê que o desejado desenvolvimento terá de ser – e



será, decerto – *sustentado*, tendo em atenção as reais capacidades de resposta, não vá acontecer que, por terem agido tão bem, os Julgados de Paz se vejam, subitamente, também eles, com excesso de questões. Cremos, sinceramente, que se tem e terá, sempre, presente que um Julgado de Paz não pode ser visto apenas ou, sequer, principalmente, pela sua rentabilidade estatística: *o que os distingue são factores humanos, a proximidade, a solidariedade, a simplicidade, a oportunidade decisória.*

VIII

Ainda que “en passant”, não quero deixar de referir que, hoje, a competência material dos Julgados de Paz abrange:¹⁴

- a) Acções destinadas a efectivar o cumprimento de obrigações, com excepção das que tenham por objecto prestação pecuniária e de que seja ou tenha sido credor originário uma pessoa colectiva;
- b) Acções de entrega de coisas móveis;
- c) Acções resultantes de direitos e deveres de condóminos sempre que a respectiva assembleia não tenha deliberado sobre a obrigatoriedade de compromisso arbitral para a

resolução de litígios entre condóminos ou entre condóminos e o administrador;

- d) Acções de resolução de litígios entre proprietários de prédios relativos a passagem forçada momentânea, escoamento natural de águas, comunhão de valas, regueiras e valados, sebes vivas; abertura de janelas, portas, varandas e obras semelhantes; estilicídio, plantação de árvores e arbustos, paredes e muros divisórios;
- e) Acções possessórias, usucapião e acessão;
- f) Acções que respeitem ao direito de uso e administração da compropriedade, da superfície, do usufruto, de uso e habitação e ao direito real de habitação periódica;
- g) Acções que digam respeito ao arrendamento urbano, excepto as acções de despejo;
- h) Acções que respeitem à responsabilidade civil contratual e extra contratual;
- i) Acções que respeitem a incumprimento contratual excepto contrato de trabalho e arrendamento rural;
- j) Acções que respeitem à garantia geral das obrigações.

Os Julgados de Paz são, também, competentes para apreciar os pedidos de indemnização cível quando não haja sido apresenta-



da participação criminal ou após desistência da mesma, emergentes de:

- a) Ofensas corporais simples;
- b) Ofensa à integridade física por negligência;
- c) Difamação;
- d) Injúrias;
- e) Furto simples;
- f) Danos simples;
- g) Alteração de marcos;
- h) Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços.

A apreciação de um pedido de indemnização cível, nos termos do número anterior, preclui a possibilidade de instaurar o respectivo procedimento criminal.

Penso que os Julgados de Paz, que *não são um subsistema*, deveriam ser dotados, também, de competência executiva (pelo menos das suas próprias decisões) e recursória e, mesmo, competência penal simples, com base no modelo brasileiro dos Juizados Especiais e, no concernente à problemática penal, sem aplicabilidade de prisão, privilegiando medidas de reinserção social, como o



trabalho a favor da comunidade ou outras medidas pedagógicas semelhantes. Creio que, embora gradativamente, lá chegaremos.

Ainda uma palavra sobre *custos* – perfeitamente justificada numa Conferência sobre Economia. A *tributação máxima*, por processo, nos Julgados de Paz, é de € 70,00, passando a 50 euros se acabar por acordo na fase da mediação.¹⁵ E, para além disto, pode ser concedido apoio judiciário, e este pode abranger isenção de custas.¹⁶

IX

Finalmente:

Que pode isto ajudar à economia e ao mundo empresarial? E vice-versa?

Conforme flui do já reflectido, penso que a Sociedade não é um mundo fraccionado mas, sim, *inter-activo*, em que todos os sectores recebem os reflexos, positivos ou negativos, do que se passa nos outros.

Não digo – o contrário seria irrealista – que os problemas concretos da Economia e do Empreendimento serão, directa e imediatamente, solucionáveis pelos Julgados de Paz. Penso que, também inovadoramente, estes podem resolver alguns problemas concretos, podem em conjunto com outros Meios Alternativos, a que também



dedico muito do meu interesse, os Tribunais Arbitrais Voluntários,¹⁷ institucionalizados ou “ad hoc”, ser úteis; *podem, acima de tudo, ajudar a criar um clima de mais confiança na Justiça que se reflecta, em maior ou menor grau, no clima do mundo empresarial e laboral.*

Não tenho, repito, a utopia de pensar que os Meios Alternativos de Resolução de Diferendos, magicamente, resolvem as questões da Justiça – tantas são! – e da Economia.

Digo que tudo é *interactivo* e que, se não tanto pelos casos (quantitativos), pelo espírito (*qualitativo*) são úteis ao mundo societário e, portanto, também, ao mundo empresarial e laboral.

Com cautelas, para que se não perca o que se tem criado com tanto empenho.

Directamente no que respeita à Cidadania, indirectamente desafogando o mundo judiciário, os Julgados de Paz e outros Meios Alternativos são boas soluções cívicas.

Tudo o que permita fazer mais do que tem sido feito no que concerne a divulgação, é bem-vindo.

Agradeço esta oportunidade

Muito obrigado pela vossa infinita paciência.



¹ - v.g. Abel Mateus, Reformar Portugal, págs. 11 e segs.

² - Os Filhos de D. João I, J.P. Oliveira Martins, 6.ª Ed., pág. 396.

³ - V.g. Antoine Garapon, "O Guardador de Promessas"

⁴ - Justiça em Crise? Crises da Justiça, organizado por António Barreto, págs. 209 e segs.

⁵ - Ibidem, págs. 211.

⁶ - O Debate da Justiça, organização de Barbas Homem e Bacelar Gouveia, pág. 39 e segs.

⁷ - Ibidem, pág. 41.

⁸ - Francisco Cortez, O Direito, 1992, III e IV; Galhardo Coelho, Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, pág. 13.

⁹ - Arts. 110.º e 209.º n.º 2 da CRP.

¹⁰ - Lei 78/2001, de 13.07.

¹¹ - V.g. art. 64.º, n.º 3 da Lei 78/2001, de 13.07.

¹² - Art. 2.º, n.º 2 da Lei 78/2001, de 13.07.

¹³ - Lei 32-A/2002, de 30.12.

¹⁴ - Art. 9.º da Lei 78/2001, de 13.07.

¹⁵ - Portaria 1456/2001, de 28.12.

¹⁶ - Art. 40.º da Lei 78/2001, de 13.07.

¹⁷ - Lei 31/86, de 29.08, alterada pelo D.L. 38/2003, de 08.03.